

**“O PPG-AU/FAUFBA,
na minha visão, tem
sido uma construção
coletiva, na passagem
de bastão”**

Conversa com

Angela Gordilho Souza

Coordenadora do PPG-AU/FAUFBA (2002-2004)

Universidade Federal da Bahia

Em 23 de fevereiro de 2025, os Cadernos PPG-AU/FAUFBA reuniram-se remotamente com Angela Maria Gordilho Souza, professora aposentada da FAUFBA, ainda ativa no ensino-pesquisa-extensão e na pós-graduação. O encontro, gravado, foi depois transcrito por inteligência artificial e revisado pelo editor do periódico, Leo Name, com auxílio de outra ferramenta de IA. Depois, recebeu mais uma revisão, final, da entrevistada.

Na conversa, a profa. Angela Gordilho, como é conhecida, relatou sua escolha pela Arquitetura, marcada pela influência familiar e a vivência na cidade de Salvador na década de 1960. Criticou a formação modernista recebida, na FAUFBA, entre 1970 e 1975, distante da realidade da cidade, mas destacou as contribuições dos professores Diógenes Rebouças e Pasqualino Magnavita como experiências transformadoras, voltadas à relação entre cidade e habitação. De sua trajetória acadêmica na FAUFBA, também ressaltou a importância do CEPUR (semente do PPG-AU), onde teve aulas em 1979 com vários professores externos, entre eles o prof. Milton Santos, e contato com textos teóricos sobre a produção da cidade, como os de Manuel Castells. Destacou também o mestrado no IPPUR/UFRJ, entre 1985 e 1990 — ambos marcados por uma formação marxista e a abertura à crítica. Ainda pontuou que, ao retornar à FAUFBA como professora concursada, em 1992, ainda predominava a formação eurocentrada no ensino, com a introdução de novos debates críticos sobre Arquitetura Pós-Moderna e História Urbana, estimulados pelas atividades da pós-graduação.

Do PPG-AU/FAUFBA, na sua participação inicial, destacou a criação de seu grupo de pesquisa, o LabHabitar, em 1993, juntamente com a profa. Maria Brandão, socióloga, e outros pesquisadores. O programa é onde ela atua desde então em ensino-pesquisa-extensão, no tema “habitação e cidade”. Finalizando o seu doutorado na FAUUSP, cursado entre 1995 e 1999, destacou a sua participação, na volta à FAUFBA, como docente colaboradora na disciplina Teorias da Cidade, coordenada pela profa. Ana Fernandes — continuando, desde então, sua atuação no PPG-AU. Relembrou a gestão da profa. Esterzilda Azevedo, de quem foi vice-coordenadora, período marcado pela criação, em 2000, do doutorado — o primeiro em Arquitetura e Urbanismo do Nordeste e um dos primeiros do país — e pela articulação entre patrimônio, extensão e projeto em workshops internacionais coordenados por ela.

Especificamente de sua própria coordenação, em seguida (2002-2004), destacou o enfrentamento dos prazos cada vez mais curtos para teses e dissertações, a ampliação do quadro docente e discente e o registro da memória institucional, na comemoração dos 20 anos de existência do PPG-AU. Pontuou, ainda, a criação do NAPPE, com a profa.

Paola Berenstein, o que expandiu publicações e fortaleceu o uso de recursos na produção discente. Tal conjunto de processos ampliou o número de defesas e a produção do programa, projetando-o como referência nacional e, inclusive, com docentes à frente de associações como a ANPUR e a ANPARQ. Para ela, são marcas do PPG-AU que viabilizam a construção coletiva na “passagem de bastão” entre docentes, com a colaboração de discentes, que frequentemente tornam-se, depois, docentes do programa.

Por fim, relembrou, nesse percurso, o seu afastamento para atuação como Secretária de Habitação de Salvador (2005-2008), quando implementou projetos inovadores discutidos com os movimentos sociais, apesar dos limites da política municipal, da escassez técnica especializada e do enfraquecimento de um projeto progressista de Brasil para atuação efetiva na desigualdade das cidades. Nesse contexto, novamente retornou à FAUFBA e ao PPG-AU — então renovados por novos docentes e debates mais plurais, com destaque para o crescente movimento extensionista participativo, mas ainda carentes de protagonismo projetual. Foi quando, já aposentada, atuou na criação da Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (RAU+E) que, inspirada na residência médica, busca unir teoria e prática e reafirmar o compromisso social da Arquitetura e do Urbanismo em assessoria e assistência técnica pelo direito à cidade.

Cadernos PPG-AU/FAUFBA: Você se graduou em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, em 1975, certo? Você lembra como era a formação de arquitetas e arquitetos, na FAUFBA, neste momento?

Angela Gordilho: Primeiramente, vou falar sobre minha motivação para entrar na Faculdade de Arquitetura. Antes disso, ainda no Colégio de Aplicação da UFBA, fiz intercâmbio de um ano nos Estados Unidos, onde participei do American Field Service. Eu já falava inglês e voltei animada para estudar literatura inglesa. Fiz o primeiro vestibular para Letras, mas antes de terminar o primeiro ano, percebi que o que eu queria mesmo era Arquitetura. Por quê? Minha família tem muitos arquitetos, inclusive o fundador da Faculdade de Arquitetura, meu tio [Walter Velloso Gordilho], irmão do meu pai, com quem convivi muito. Existem uns dez arquitetos na família, e todos são muito ligados às Artes. Além dessa motivação, percebi que a cidade me sensibilizava desde cedo. Nos anos 1960, eu era menina e a cidade tinha bastante caminhabilidade. Era uma cidade onde a gente circulava livremente e, com as pessoas que trabalhavam na casa dos meus pais, íamos aos bairros populares nos fins de semana. Apesar da desigualdade social visível nas habitações, era uma cidade mais integrada, agradável e com um forte sentido de pertencimento, que foi se perdendo. Uma cidade da qual sinto falta, porque realmente não existe mais. Essa vivência me levou a pensar em Arquitetura, pelo seu potencial transformador do ambiente construído.

Entreí na Faculdade de Arquitetura em 1970. Logo nos primeiros momentos, já estava envolvida na prática profissional, pois havia muita demanda para desenho e meu irmão, também arquiteto, já concluinte, trabalhava em projetos. No primeiro ano, fiz meu primeiro projeto: uma casa própria, também acompanhando a construção. A cidade estava em plena expansão imobiliária com a atuação do BNH [Banco Nacional de Habitação] e isso influenciou minha trajetória, desde cedo mais conectada à cidade e à habitação. No entanto, a Faculdade de Arquitetura não tinha um foco na cidade, estava mais voltada para projetos de edificação. Estamos falando dos “anos de chumbo”, com uma universidade vigiada que não incentivava a leitura de livros nem a discussão crítica, apenas apontamentos das aulas, e uma forte ênfase no conhecimento da Carta de Atenas e na arquitetura modernista. Identifiquei três correntes de pensamento na faculdade: uma voltada para a história, com o professor Américo Simas; outra mais técnica, com o professor Walter Gordilho; e uma atuação mais arquiteto-urbanista, com o professor Diógenes Rebouças. Foi com Diógenes que encontrei maior sensibilidade para entender a cidade. Ele desenhava no quadro a morfologia de Salvador, o que me empolgava.

Interrompi o curso, em 1972, e passei dois anos nos Estados Unidos, onde trabalhei em um escritório de arquitetura e fiz um curso de paisagismo. Esse contato com grandes espaços abertos ajudou também a me encontrar na Arquitetura, pelo viés do Urbanismo. Ao voltar à FAUFBA, continuei buscando essa formação, resultando no trabalho final de graduação com Diógenes, voltado para a expansão urbana, habitação e áreas verdes.

O professor Pasqualino [Romano Magnavita], também foi uma figura central para mim na faculdade, com uma visão arquitetônica mais livre e aberta. Ele tinha uma sensibilidade para entender a periferia. Fizemos projetos com outros parâmetros, para a construção de uma igreja e um centro comunitário no bairro popular do Nordeste de Amaralina, que refletiam isso. Outra contribuição de Pasqualino na minha trajetória foi a criação do NEHA,¹ em 1974/75, no qual participei como estagiária no meu último ano. O NEHA trouxe uma concepção mais enriquecedora de habitação, com a contribuição da professora socióloga Maria Brandão, subsidiou o nosso estudo comparativo entre conjuntos habitacionais e bairros populares. Lembro da primeira palestra de Maria Brandão sobre o surgimento dos bairros populares em Salvador e pensei: "É isso que quero fazer, estudar e atuar em habitação e cidade, numa perspectiva propositiva pelo direito à cidade."

No planejamento urbano, uma referência também importante, para mim, foi o professor [Antônio] Heliodório [Lima Sampaio]. Ele tinha feito o mestrado em Brasília. Trouxe para nós uma discussão importante sobre planos diretores, algo ainda distante nas discussões da FAUFBA daquela época. Ele iniciava, então, um projeto para a Prefeitura de Salvador, na montagem do PLANDURB [Plano de Desenvolvimento Urbano da Cidade do Salvador]. Outros professores que também trouxeram, no ensino, o vínculo com a cidade real foram Jonga [João Brasileiro], juntamente com Laert [Pedreira Neves]. Eles nos levaram, numa disciplina do quarto ano, a fazer pesquisa e diagnóstico visando à elaboração de um plano urbanístico para o bairro do Nordeste de Amaralina, dialogando com a comunidade. Ação pioneira em Salvador, publicada em livro e depois implantada pela Prefeitura de Salvador. Essa discussão sobre projetos participativos estava começando a se pronunciar no planejamento urbano, mas de forma ainda muito tênue.

¹ Nota dos Editores (N.E.) — O Núcleo de Estudos da Habitação (NEHA) foi um núcleo da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FAUFBA). Fundado na década de 1970, tinha o professor Pasqualino Romano Magnavita como coordenador, e atuou na pesquisa e na discussão da questão habitacional e do direito à moradia, contribuindo para a reflexão sobre a importância de uma moradia digna como chave para o direito à cidade.

Cadernos PPG-AU/FAUFBA: E quando você entrou na FAUFBA, nos anos 90, como professora, esse cenário já tinha mudado?

Angela Gordilho: Não tinha mudado muito não. Logo depois de formada fui trabalhar na Prefeitura de Salvador, como técnica em planejamento, na minha área de interesse: habitação, cidade, urbanismo e planejamento urbano. Trabalhei em diversos órgãos, tive várias vivências profissionais e atuei em projetos que me ajudaram nessa formação prática. Lembro que quando saí da faculdade, o professor Diógenes havia me convidado para atuar como assistente na sua disciplina. Mas, naquela época, eu achava que devia aprender com a cidade e depois voltar para a Academia, o que de fato ocorreu. Demorei quase 20 anos para retornar. Quando voltei como docente concursada, em 1992, percebi que aquela formação modernista, ainda estava fortemente presente nos ateliês. Mas já se discutia, então, um novo formato de projeto pedagógico. Professores mais renovados, como Suzana Acosta Olmos, com quem trabalhei na Prefeitura, [Alberto Rafael] Chango [Cordiviola] e outros, estavam mobilizando a discussão para o projeto integrado em ateliê. Também percebi uma renovação na discussão trazida por docentes da pós-graduação, sobre a pós-modernidade e História Urbana, numa reflexão crítica sobre a cidade, para além da conservação e do restauro. Os professores Ana Fernandes e Marco Aurélio [Andrade de Filgueiras Gomes] foram muito importantes nessa direção, inclusive na criação do Seminário Nacional de História Urbana, em 1992.

Mas, nesse intervalo, entre 1975, quando me graduei como arquiteta, e o início dos anos 1990, ainda atuando na Prefeitura de Salvador, o foco predominante de discussão vinculada ao urbanismo era o planejamento urbano e regional. Voltei, então, à universidade para fazer o curso de especialização, o CEPUR,² que foi uma das bases que deram origem ao mestrado do nosso programa de pós-graduação. Eu fui da terceira e última turma deste Curso de Planejamento Urbano e Regional, financiado pela SUDENE [Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste]. Esse curso já refletia uma visão desenvolvimentista, mais direcionada a planos diretores e à participação social como uma conquista inovadora. Para se ter uma ideia da demanda profissional nessa área, a minha turma de formandos da graduação foi quase toda absorvida para atuação no Estado. Quase 80% de nós trabalhavam em órgãos públicos, enquanto poucos atuavam

² N.E. — O Curso de Planejamento Urbano e Regional (CEPUR, 1973–1979) e o Curso de Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios Históricos (CECRE, desde 1981) inspiraram a criação, em 1983, tanto do inicialmente chamado Mestrado em Arquitetura e Urbanismo (MAU) quanto de suas ainda vigentes Áreas de Concentração em Urbanismo (de início, Desenho Urbano) e Conservação e Restauro. A denominação PPG-AU surge em 1999, com o Doutorado. Do CECRE também se desdobrou, a partir de 2009, um Mestrado Profissional (MP-CECRE).

em escritórios de arquitetura para o mercado imobiliário. O Urbanismo, como Desenho Urbano, praticamente não existia na formação de graduação.

O panorama na FAUFBA dos anos 1990 era esse: de um lado, a arquitetura voltada para o lote, dentro de uma perspectiva projetual formalista, de fundamentos modernos; a História como uma reflexão crítica da cidade e suas heranças, e, do outro lado, o Planejamento Urbano como uma ação do Estado para atuar na realidade da cidade e suas mazelas. Estamos falando do final do regime militar ditatorial que se esvai no país a partir de 1986, em um contexto de grande endividamento do país e início da abertura política, e em que discussões críticas se revigoraram, antes praticamente proibidas. Para nós, surgia, por exemplo, o [Manuel] Castells, com *A Questão Urbana* (1983). Era a bíblia do urbanismo de então. Confesso que compramos a primeira edição em português, mas não entendíamos muita coisa, porque o Castells daquela época tinha uma leitura hermética, marxista, muito calcada em conceitos que presumia um conhecimento prévio do pensamento materialista histórico e dialético. Mas ele trouxe uma reflexão importantíssima sobre a participação popular na cidade, dos movimentos sociais na América Latina e da gestão urbana. Depois vieram outras literaturas...

Cadernos PPG-AU/FAUFBA: Seu mestrado foi na Universidade Federal do Rio de Janeiro, terminado em 1990, e seu doutorado foi na Universidade de São Paulo, concluído em 1999. Você poderia nos falar sobre o cenário da pós-graduação, no Brasil daquela época, e sua inserção nele?

Angela Gordilho: Pergunta bem complexa, diante do que eu vivi naquele momento politicamente efervescente no Brasil. Mas não tem como não me reportar novamente àquela especialização do CEPUR/UFBA. Tive a sorte de participar da terceira edição, que aconteceu em 1979. Foram três meses muito intensivos. E tive o privilégio de ter, como um dos professores, ninguém menos que Milton Santos, que estava voltando da Europa e da África. Se não me engano, foram duas semanas de aulas com ele. Foi uma experiência marcante — embora ainda também bastante hermética conceitualmente para nós, mas já com uma eloquência muito potente da Geografia Crítica. Acho que ali começou muita coisa, para as mudanças que viriam depois.

Havia um desejo muito forte de pensar a cidade — mas ainda não conseguíamos avançar como gostaríamos teoricamente para melhor entender a nossa realidade. As amarras formais da literatura europeia ainda pesavam demais. O que chegava até nós, além disso, eram artigos de alguns autores latino-americanos. Mas aquelas leituras já me provocavam, me faziam querer ir mais a fundo. Foi aí que comecei a buscar, a partir do

mestrado, uma formação que me permitisse preencher aquelas lacunas de compreensão dos desafios locais postos. Havia, da minha parte, uma crença — utópica mesmo — de que o conhecimento poderia me levar a uma atuação mais eficaz pelo Estado, ou de que era possível buscar “nas brechas” as possibilidades de mudança. Essa era a expectativa. E mais uma vez tive sorte: entrei na turma de 1985 do IPPUR — o Instituto de Planejamento Urbano e Regional da UFRJ.

E por que digo sorte? Porque esse foi o momento em que o IPPUR absorveu o curso de planejamento urbano que havia na COPPE [Coordenação dos Programas de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia],³ se afastando de uma matriz metodológica ainda muito ligada a um viés formalista, funcional, mais tecnocrático mesmo — dos modelos importados da engenharia de tráfego, dos sistemas e infraestruturas urbanas. Em 1985, com o início da abertura democrática, o IPPUR trazia uma transformação extraordinária, recebendo professores novos do exílio, com formações sólidas e diversificada. Em 1985, fui para o Rio de Janeiro e me vi no meio de uma oportunidade preciosa, acompanhada pelos professores Luiz César Ribeiro, Carlos Vainer e Martim Smolka, dentre outros brilhantes docentes, e, em especial, por Ana Clara Torres Ribeiro — que depois seria minha orientadora. Mantive também um diálogo constante com Maria Brandão, que me acompanhou nessa pós, como coorientadora. Foram professores fundamentais para me fazer ver a complexidade de produção do espaço e os limites do Planejamento Urbano. Ali, mergulhamos numa leitura marxista densa, enquanto acontecia o Movimento Nacional pela Reforma Urbana e a aprovação da nova Constituição Federal de 1988. Um ano inteiro estudando *O Capital* (MARX, 2015). Foi uma formação muito rica, que abriu horizontes para entender os limites e as possibilidades da realidade urbana no Brasil e, de forma comparativa, com outros países. Ali, eu já vinha trabalhando com o apoio dessas duas grandes mestras — Ana Clara Ribeiro e Maria Brandão —, mergulhada numa bibliografia que me abriu um novo universo. Li quase tudo o que elas tinham escrito e recomendavam. E essa experiência acabou me levando de volta à universidade.

Finalizei o mestrado com a dissertação *Invasões e intervenções públicas: uma política de atribuição espacial em Salvador, 1946-1989* (GORDILHO-SOUZA, 1990). Trabalhei com o que, hoje, chamamos de ocupações, mas na época ainda se falava em “invasões”. Levantei todas as ocorrências e ações públicas, num viés histórico do processo. Pesqui-

³ N.E. — Ainda que mantenha a mesma sigla, a COPPE, atualmente, apresenta-se como o Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia.

sei, desde a primeira ocupação coletiva até as ocorrências no encerramento do estudo: onde foi, como aconteceu, se foi removida, para onde foi deslocada. Fiz uma reflexão profunda sobre a política habitacional e seus impactos na configuração do espaço urbano. Isso me ajudou a compreender melhor a cidade — e alimentou muitos trabalhos que vieram depois, a partir desse levantamento. Mapeei mais de 460 ocorrências. Assim que concluí minha dissertação — que pretendo um dia publicar, aliás — o Marco Aurélio, que era o coordenador do Mestrado da FAUFBA na época, me propôs a publicação, mas eu ainda não tinha agilidade editorial. Respondi: “Agora preciso começar minha atuação docente, depois a gente vê.” O mestrado, naquela época, durava quase cinco anos — e eu mergulhei de corpo inteiro. Foi o meu abrigo, dentro dessa perspectiva política, para tentar entender a cidade e a questão da habitação. E, ali, pensei que já poderia iniciar minha atuação como docente.

Fiz o concurso para a FAUFBA em 1992, na mesma ocasião que a Ana Fernandes. Foi Pasqualino quem me instigou — como sempre fazia. Ele disse: “Olha, vai ter concurso”, o que era raro. E eu logo perguntei: “Quem são os candidatos?” Quando ele falou “Ana Fernandes”, eu pensei: “Ah, então não vou entrar.” Eu já acompanhava a Ana como professora, a ouvia com atenção, considerava que era uma pessoa de grande capacidade acadêmica. Mas ele retrucou: “Quem disse que concurso é só para o primeiro lugar? Vai lá e se prepare.” E fui. Fiquei em segundo lugar, e logo fui chamada — poucos meses depois. Comecei a dar aula na graduação, na disciplina Teorias do Planejamento Urbano e Regional, como base na compreensão da ação coletiva. Depois, fui ministrar a disciplina Teorias da Cidade no PPG-AU, junto com a professora Ana Fernandes. Foi minha primeira experiência docente na pós-graduação e segui com ela por quase dez anos. Uma disciplina que me abriu muitos horizontes, justamente por nos levar a percorrer uma literatura multidisciplinar. Foi muito importante na minha formação. Era 1993, e, logo nos anos probatórios, eu já estava me preparando para o doutorado. Já tinha feito contato com a professora Suzana Pasternak, referência nos estudos da habitação no Brasil, que depois se tornou minha orientadora na Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). Depois, fui conhecendo Ermínia [Maricato], Raquel Rolnik, Nabil Bonduki, Licia Valladares, professores-pesquisadores e autores fundamentais do tema “habitação e cidade”, nem todos da FAUUSP. Mas já frequentando os encontros da ANPUR [Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional] — o que foi um passo decisivo para essa formação mais ampla. A pós-graduação e a ANPUR foram fundamentais na consolidação da minha trajetória. Comecei a conhecer pessoas que se tornariam interlocutoras essenciais — como os já citados, dentre tantos outros.

Cumpri os dois anos probatórios e, em 1995, fui para São Paulo, onde desenvolvi a tese a partir da mesma perspectiva do mestrado: entender a habitação na configuração do espaço de Salvador e seus limites. A partir daí, produzi uma pesquisa primária imensa percorrendo toda Salvador, para analisar sobre a espacialidade das formas de habitação na cidade. Este trabalho foi publicado em duas edições: *Limites do Habitar: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX* (GORDILHO-SOUZA, 1999; 2008-atualizada). Fiz uma leitura sobre informalidade, legalidade e legislação, para discutir o conceito do habitar contemporâneo na nossa realidade, também um processo de muita aprendizagem. Na época, o doutorado levava cinco anos. Fiz em formato meio “ponte aérea”: o primeiro ano imersa em São Paulo, e os anos seguintes em trânsito para Salvador — sempre voltando à FAUFBA, participando de encontros, construindo a tese aos poucos. E foi um levantamento de grande fôlego: praticamente o primeiro mapeamento georreferenciado da habitação para Salvador. Ainda nem existiam os programas de computador que temos hoje — trabalhei com CAD, Excel e aerofotos, além de pesquisa de campo, superpondo as informações, — e conseguimos um resultado bastante preciso para análise e como subsídio para políticas públicas.

Voltei à FAUFBA um pouco antes de concluir a tese, já dando algumas aulas no PPG-AU e retornando à graduação, em 2000. E seguimos em frente. Tem muita coisa depois disso, mas essas são as raízes que me deram a sustentação para o que eu faço até hoje.

Cadernos PPG-AU/FAUFBA: Você foi vice-coordenadora do PPG-AU/FAUFBA na gestão em que a professora Esterzilda Berenstein de Azevedo era a coordenadora, entre 1999 e 2002. Você poderia nos falar um pouco sobre a professora Esterzilda e de sua importância para o programa? Tem, também, alguma lembrança marcante relacionada a essa gestão com ela, na virada do milênio?

Angela Gordilho: Novamente preciso dizer que tive a sorte de participar em alguns momentos de marcos institucionais muito importantes da nossa área de atuação. Primeiro, a virada da própria Faculdade de Arquitetura para uma abertura mais crítica e plural. Depois, a transformação de concepção no campo do Planejamento Urbano dentro do IPPUR. E, mais adiante, uma retomada do pensamento vindo do campo de ação do arquiteto — não da Arquitetura como disciplina, mas do arquiteto como agente social. Isso foi muito significativo: esse retorno ao campo do arquiteto, com uma perspectiva mais sociopropositiva, uma leitura científica crítica, aliada à ação. E é esse o período em que trabalhei diretamente com a Esterzilda — que, para mim, foi muito marcante no programa. Em 1999, estávamos aprovando o doutorado, que seria implantado no

ano seguinte, em 2000. Foi um salto institucional qualitativo, que transformou o nosso programa numa referência no Nordeste e no país. Fomos o primeiro doutorado em Arquitetura e Urbanismo da região — e um dos primeiros do Brasil. Durante muito tempo, só existia, em Arquitetura e Urbanismo, o doutorado da FAUUSP, criado em 1980 — único do país na área até 1998. Existia o doutorado do IPPUR, criado em 1992, em Planejamento Urbano e Regional, mas não havia outros doutorados especificamente nesse campo de Arquitetura e Urbanismo.

O PPG-AU/FAUFBA surge, nesse cenário, com uma proposta inovadora. Veja como isso foi importante para nós: não era só um reconhecimento institucional, era uma mudança de patamar. A partir dali, não formávamos apenas mestres, começávamos a formar pesquisadores. Nossa inserção nacional também se ampliava muito. E a professora Esterzilda, levando adiante esse projeto que já vinha sendo desenvolvido no âmbito do Colegiado, trouxe uma contribuição enorme nesse processo. Todo gestor imprime um certo viés à sua gestão — pelo menos é o que percebo nas diferentes trajetórias. Neste caso, ela trouxe um olhar muito atento às possibilidades institucionais e acadêmicas para as questões projetuais na extensão. Até porque, quando entrei na faculdade, com a criação do LabHabitat,⁴ desde o início, havia o propósito de atuar conjuntamente em ensino, pesquisa e extensão. Por muito tempo, este era o único laboratório na Faculdade de Arquitetura que lidava diretamente com essas questões, dentro de uma abordagem mais social, voltada para a cidade real. professora Esterzilda trouxe um programa extensionista muito interessante para a pós-graduação, no formato de cooperação internacional e voltado para a requalificação de centros históricos por meio de projetos pontuais — uma ação muito inovadora da gestão dela. Em rede internacional cooperativa, professores e estudantes participavam de oficinas de imersão em diferentes países e, ao mesmo tempo, organizavam atividades projetuais locais, em eventos, como aconteceu na FAUFBA, de cerca de duas semanas. Eram experiências que davam vida projetual coletiva ao ambiente acadêmico.

Acho que esse viés mais projetista-extensionista abriu novos horizontes na pós-graduação. O professor Pasqualino, antes, já propunha disciplinas com foco no projeto. Também o professor Heliodório buscou esse mesmo caminho, mas, no contexto do PPG-AU, a abordagem do projeto ainda era muito marcada por uma leitura histórica — voltada

⁴ N.E. — O Laboratório de Habitação e Cidade (LabHabitat), fundado em 1993 e liderado por Angela Gordilho Souza, é um grupo de pesquisa que atua na experimentação e na assessoria de novos enfoques para a intervenção no espaço habitacional urbano. Com infraestrutura própria, articula ensino, pesquisa e extensão na linha Processos Urbanos Contemporâneos do PPG-AU, envolvendo graduação e pós-graduação e em diálogo com outros laboratórios e grupos de pesquisa da FAUFBA.

ao monumento, ao patrimônio. O professor Paulo Ormino [David de Azevedo] também teve um papel fundamental como mentor intelectual desse campo, atuou em vários projetos de restauração e influenciou muitos jovens que hoje são professores da casa. Então, esse era o cenário do debate propositivo na época.

A percepção que eu tinha, quando ingressei, vinda de uma formação técnica e prática mais forte, atuando em agências públicas, era de que a faculdade estava de costas para a cidade real — especialmente para sua dimensão social e periférica. Esses temas simplesmente não eram discutidos. Quando criamos o LabHabitat, por incentivo da professora Ana Fernandes, que era a coordenadora naquele momento, de um modo geral esse tema não estava muito presente nos debates do PPG-AU: era como se estivesse superado, como se os conjuntos habitacionais e loteamentos tivessem resolvido as questões da habitação. Mas era justamente um período em que as ocupações começavam a se manifestar com mais intensidade e em novos formatos. Percebia, tanto no PPG-AU quanto na faculdade, um certo distanciamento dessa questão. Acho que o papel da Esterzilda foi inovador nesse processo de aproximação. Ela conectou patrimônio, extensão, cidade e projeto. Criou uma ponte. E isso contribuiu muito para resgatar o papel do arquiteto projetista em atividades extensionistas, que, a meu ver, vinha se perdendo nas escolas de arquitetura — inclusive na nossa. E, veja, quando a gente vai para a extensão, é o que as comunidades querem, ações propositivas. É isso que os movimentos sociais esperam da universidade no campo de arquitetura e urbanismo. Esse é o nosso principal papel de ofício.

Foi ao longo dessa vivência que fui amadurecendo esse olhar — de uma renovação teórica aberta às possibilidades de outras arquiteturas, outros urbanismos, de uma visão mais crítica às técnicas hegemônicas. Percebo que a gestão de Esterzilda, no PPG-AU, contribuiu para assinalar essa questão, especialmente por essa prática de articulação, de encontros, de vivência em campo, academia-cidade. E a consolidação de nosso doutorado foi fundamental para isso. Era uma oportunidade de reunir, de sistematizar uma memória dessa trajetória. Tanto que, na minha gestão, foi possível seguir com um trabalho que a Esterzilda já havia iniciado nesse sentido, de publicar toda o acervo de resumos das teses e dissertações defendidas até então, como possibilidade de analisar os conteúdos e rumos possíveis.

O PPG-AU/FAUFBA, na minha visão — e falo como uma inativa-ativa, porque continuo acompanhando de outro lugar, ao mesmo tempo junto e mais à distância, sem deixar de estar incorporada a essa construção institucional— tem sido uma construção coletiva, na “passagem de bastão”. Essa foi a forma como absorvi os avanços dos que me

antecederam e como procurei transmitir aos outros que vieram depois: vivenciando, observando, atuando. Quando entrei na faculdade, em 1992, estava justamente vivenciando as coordenações de Ana Fernandes e Marco Aurélio. Percebia, naquela gestão, uma visão político-acadêmica muito presente na construção institucional, o papel da história crítica presente na atuação, o que foi também seguido pela gestão de Esterzilda. Ao assumir posteriormente a coordenação, convidei a profa. Eloisa Petti [Pinheiro] para somar como vice-coordenadora, e ela também assumiu, na sequência, essa construção colaborativa plural. Temos visões diferentes, claro, mas esse processo coletivo, especialmente amadurecido em colegiado, foi muito importante para a consolidação do doutorado, contribuindo para construir uma projeção nacional muito forte para o programa. Alcançamos, naquele momento, por esse trabalho coletivo, a nota 6 para a área.

Cadernos PPG-AU/FAUFBA: Você está falando do momento, logo após a gestão com Esterzilda, em que você assumiu a coordenação do programa, entre 2002 e 2004, tendo a professora Eloísa Petti como vice. Este período coincide com os 20 anos de existência do PPG-AU, em 2003. Àquela altura, quais eram os desafios? E você acha que ser um programa do Nordeste trazia para o campo uma outra forma de pensar?

Angela Gordilho: Quando passei a ser a Coordenadora do PPG-AU, em 2002, uma das principais cobranças da Capes — e de todo o sistema de pós-graduação — era o tempo de duração das dissertações. Tínhamos trabalhos de mestrado que já se prolongavam por dez anos. E essa demanda de limite de tempo veio direto para a minha gestão. Mas, por termos organizado melhor a memória do programa, conseguimos entender com mais clareza quem ainda estava ativo, quem voltaria, quem havia desistido. E fizemos um trabalho de corpo a corpo com os professores orientadores e discentes. Para se ter uma ideia: das 151 dissertações defendidas até 2004, mais de um terço delas foram nessa gestão, além das duas primeiras teses. Houve um ano em que realizamos 46 defesas, algo muito raro na pós-graduação da UFBA naquele momento. Sabíamos que isso também fortaleceria nossa produção intelectual, além de atender aos novos parâmetros da Capes. E, sobretudo, ampliamos a perspectiva de recepção de mestrandos e doutorandos. Com o aumento de vagas, o número de professores ainda era pequeno para atender a demanda. Nessa gestão, ampliamos também o corpo docente, abrimos a participação de novos núcleos de pesquisa e professores visitantes. Expandimos também o diálogo internacional, por meio dos projetos iniciados por vários professores.

Foi nesse contexto que surgiu o NAPPE.⁵ Havia muita demanda por publicação chegando dos recém-graduados. As primeiras publicações do NAPPE reuniram exatamente isso: artigos de dissertações e teses com distinção e premiadas. O NAPPE nasceu de forma endógena, mas logo ganhou força, com números temáticos e contribuições de fora do programa. A professora Paola [Berenstein Jacques] tinha acabado de entrar na FAUFBA e ajudou imensamente nessa frente editorial. Nossa proposta era fazer algo de baixo custo, porque os recursos eram escassos. Usamos os próprios recursos do PROAP/Capes⁶ alocados no programa com o apoio fundamental da Edufba. E isso abriu, inclusive, uma grande perspectiva para edição de revistas de outros programas de pós-graduação da UFBA na sua editora.

Foi nessa fase que participamos do primeiro PQI [Programa de Qualificação Institucional] da Capes — como era designado na época. Era uma ação de nucleação: um programa mais consolidado apadrinhava outro em formação. O nosso primeiro foi criação do mestrado de Pelotas (UFPel).⁷ Começou ainda na gestão de Esterzilda, foi desenvolvido durante a minha gestão e se concluiu na gestão de Eloisa.

Enfim, conseguimos fortalecer a nossa referência nacional e na Região Nordeste, de onde recebemos grande parte de discentes de fora — atraídos não só pela proximidade, mas pela produção e pela diversidade de abordagens que conseguimos articular. O que eu percebi na organização dos acervos, na época? Uma autoria discente e docente plural e consolidada, com vários prêmios, com professores proeminentes nacionalmente em áreas como história, patrimônio e cidade contemporânea. Passamos a ter um papel significativo nos encontros nacionais da área. Uma presença respeitada e reconhecida.

⁵ N.E. — O Núcleo de Apoio à Pesquisa e Produção Editorial (NAPPE) foi criado, em 1996, com a missão de organizar e coordenar a produção editorial do PPG-AU/FAUFBA, priorizando periódicos, livros, catálogos, anais e materiais didáticos. Em 2002, passou por uma reestruturação que expandiu suas atividades, incluindo coedições com a EDUFBA e outras editoras, além do lançamento dos *Cadernos PPG-AU/FAUFBA*. Em 2023, teve sua equipe reformulada após a aprovação, pelo Colegiado, de seu regimento interno e de sua política editorial.

⁶ N.E. — O Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP), vinculado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), destina recursos financeiros a cursos de mestrado e doutorado em instituições públicas. Seu objetivo é fortalecer a formação de recursos humanos, estimular a produção de conhecimento e apoiar o desenvolvimento das atividades acadêmicas na pós-graduação.

⁷ N.E. — Já no final dos anos 1990, o PPG-AU/FAUFBA passou a se consolidar como referência para a criação de novos programas de pós-graduação. Um dos primeiros a receber esse apoio, entre 1999 e 2006, foi o Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (RS), por meio do PQI/Capes.

Para tal contribui também a integração ao PPG-AU de docentes e discentes de fora da região, o que também teve um papel fundamental, justamente por incorporarem também o Nordeste às suas leituras, com outros olhares.

Então, tudo isso faz parte dessa construção coletiva, com destaque para a perspectiva política institucional. Cada um no seu quadrado, claro — com suas singularidades, estilos, prioridades — mas com uma colaboração muito forte. A criação do Docomomo Brasil, em 1992, é um exemplo desse esforço, que contou com um apoio fundamental de um grupo de pesquisa da UFBA, no então Mestrado. Mais recente, outra iniciativa de grande projeção para o PPG-AU foi a criação do Corpocidade,⁸ tendo à frente a professora Paola. Ela chegou integrando uma geração mais nova a esse processo de projeção e reconhecimento do programa. Fortaleceu ainda mais nossa identidade como um programa de pós-graduação baiano, nordestino, mas com potência nacional e internacional. E não só pela produção, que é muito expressiva — os prêmios que recebemos ao longo do tempo mostram isso com clareza. Tivemos também representações muito fortes nas associações nacionais da área: a professora Ana Fernandes foi presidente, entre 2005 e 2007, da ANPUR [Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional]; eu fui presidente, entre 2018 e 2020, da ANPARQ [Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo]. Houve vários outros destaques, em representações de áreas, na Capes e no CNPq, não vou citar todo mundo aqui, mas tivemos uma atuação muito significativa, também, nas instituições profissionais como o IAB e nos fóruns nacionais e internacionais, crescentemente.

Cadernos PPG-AU/FAUFBA: E olhando para o presente, que contribuições teórico-epistemológicas e políticas você acha que o programa oferece para o campo?

Angela Gordilho: Toda nova geração, de imediato, traz conflito com a anterior, mas na diferença, caminhamos. Quando ampliamos o corpo docente e discente, durante a minha coordenação do PPG-AU, não foi fácil... Mas na diversidade da nova agregação, havia uma discussão política institucional por trás, que contribuiu para construir

⁸ N.E. — A Plataforma Corpocidade foi criada em 2008, a partir de uma parceria entre os programas de pós-graduação em Dança e em Arquitetura e Urbanismo da UFBA, sob a coordenação das professoras Fabiana Dultra Britto e Paola Berenstein Jacques. Reúne um conjunto de ações voltadas à reflexão crítica e ao desenvolvimento de metodologias sobre corpo e cidade, corporalidade e ambiência urbana, arte e espaço público, com foco na noção de “corpografia urbana”, elaborada coletivamente: o encontro bienal CORPOCIDADE, realizado em cinco edições entre 2008 e 2016, o componente curricular Laboratório Corpocidade (PPGDança) e publicações de livros, cadernos de resumos e a revista *Redobra*, além de intercâmbios institucionais.

esse organismo forte que o PPG-AU acabou se tornando. E se tornou tão forte que formou a maioria dos professores concursados que temos hoje na FAUFBA.

Em 2005, quando saí da coordenação da pós-graduação, vivíamos um momento politicamente muito promissor no Brasil. Fui chamada — e acredito que muito por articulações dos movimentos sociais e de setores progressistas locais— para assumir a Secretaria Municipal de Habitação de Salvador (SEHAB). Era uma secretaria praticamente recém-criada, assim como o próprio Ministério das Cidades. Sem filiação partidária, mas com esses apoios e a trajetória acadêmico-profissional nessa temática, resolvi aceitar esse desafio. Muito ajudou o diálogo com os colegas Ermínia Maricato, Raquel Rolnik e Nabil Bonduki, dentre outros que estavam atuando no Ministério das Cidades. Eu já os conhecia desde o doutorado na FAUUSP e já os tinha convidado, logo que entrei na FAUFBA, para debater os resultados do Habitat II, em Istambul, ocorrido em 1996.⁹ Nenhum de nós, da FAUFBA, tinha ido a esse encontro, então trouxemos vários pesquisadores e autores premiados para discutir conosco os projetos apresentados. Também em 2001, organizamos, na FAUFBA, tendo à frente a professora Ana Fernandes, então sua diretora, o Fórum América Latina Habitar 2000, um grande evento internacional realizado em Salvador, que reuniu dezenas de propostas inovadoras em habitação. O contexto politicamente promissor, essas interlocuções e a experiência consolidada na coordenação de vários projetos no LabHabitar/FAUFBA, impulsionaram a minha gestão, entre 2005 e 2008, junto à SEHAB. Essa vivência na prefeitura abriu outros horizontes, que depois pude viabilizar em novos projetos acadêmicos, na volta para a universidade.

Em 2005, senti que poderia ser mais útil à sociedade atuando fora da Academia. Parecia que o país estava mesmo decolando. Estava vivenciando um marco histórico na perspectiva de articulação entre teoria e prática, mas vimos que foi uma abertura muito tênue, que logo se fechou. Entre 2005 e 2008, houve um grande avanço progressista: muitos concursos foram abertos para as universidades públicas, novas universidades foram criadas, a academia estava sendo ouvida em muitos campos de atuação política, inclusive na nossa área de planejamento urbano. Foram muitos avanços. Mas, em 2008,

⁹ N.E. — Realizada entre os dias 3 e 14 de junho de 1996, em Istambul, na Turquia, a Habitat II foi Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos. Seu propósito principal foi elaborar a Agenda Habitat, um plano de ação mundial voltado à promoção de comunidades urbanas sustentáveis no século XXI, priorizando a garantia de moradia digna para todos e a construção de cidades com melhor qualidade de vida. Os debates promovidos na FAUFBA, pelo então Mestrado, foram publicados em 1997, no livro *Habitar Contemporâneo – Novas questões no Brasil dos anos 90*.

já se esboçava um ponto de inflexão, início do desmonte do projeto social mais promissor de participação na transformação das cidades. Esse foi um ponto crítico, principalmente no que diz respeito à contribuição que a universidade podia dar nesse processo.

Só para se ter uma ideia: enquanto secretária, trabalhei conjuntamente com vários consultores da universidade — da Bahia e de outros estados — em projetos inovadores e participativos. Fizemos o Plano de Habitação Municipal (2008-2025), inserimos a política habitacional de interesse social no PDDU/2008 [Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador], criamos o Fundo e o Conselho de Habitação, desenvolvemos projetos experimentais de planos de bairro em ZEIS, viabilizamos o primeiro projeto de autogestão financiada para habitação, impulsionamos o programa federal Crédito Solidário e de regularização fundiária, dentre outras ações que até hoje têm desdobramentos. Mas, nessa época, também percebi que, nessa perspectiva, havia poucos profissionais com experiência de atuação nas periferias, para ajudar a multiplicar as ações. Praticamente eu era a principal técnica da secretaria, capacitando assessores, enquanto viabilizava a gestão executiva da SEHAB e me reunia com os movimentos sociais para discutir as demandas, a fim de buscarmos recursos para os projetos. Era difícil... Havia, na equipe, três ou quatro arquitetos com expertise para trabalhar positivamente as técnicas necessárias, enquanto capacitávamos uma geração mais nova de gestores. Com as mudanças no Ministério das Cidades, logo percebi que a política municipal também começava a mudar, inviabilizando o plano de ação que desenvolvíamos. E a gente tem que saber a hora de entrar e de sair, o que ocorreu em 2008, quando os rumos da administração mudaram. Já estava aposentada, mas resolvi retomar a atuação universitária na pós-graduação, foi quando comecei a articular, em 2011, o projeto extensionista de implantação das residências profissionais em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (RAU+E/UFBA).

Estávamos em um momento de novos concursos acadêmicos, com muitos professores novos se incorporando a FAUFBA, na intenção de fortalecer atividades de ensino-pesquisa-extensão em projetos de cooperação e junto aos movimentos sociais. Para citar apenas alguns que acompanhei de maneira mais próxima, nessa perspectiva, foram chegando: Fábio Velame, Any Ivo, Heliana Mettig, Nivaldo Andrade, Rodrigo Baeta, Jose Carlos Huapaya, Sergio Erkman. Seguidos por novas entradas: Gaia [Gabriela Leandro Pereira], Glória Cecília [dos Santos Figueiredo], Daniel Marostegan, Thaís Rosa, dentre outros. Percebi que se abria um novo ciclo, docentes novos com novas frentes de atuação na nossa área, étnico-racial, cultural, de gênero, paisagístico, ecológico-

ambiental, assumindo papéis relevantes, com outros caminhos de diálogo político com a cidade e seus moradores.

A política das cotas como inclusão social na Academia também traz outros contextos para a formação universitária e para a pós-graduação, criando possibilidades que favorecem as atividades inovadoras. Não apenas na aprendizagem teórica, por meio das disciplinas em sala de aula, mas, sobretudo, criando grupos de pesquisa-extensão de aprendizagem coletiva. No LabHabitat, já atuávamos em experiências dessa natureza, mas vários outros núcleos no PPG-AU/FAUFBA foram sendo criados, expandindo a troca de saberes com os movimentos sociais e as comunidades — como o Lugar Comum¹⁰ e o EtniCidades,¹¹ seguidos por outros que passam a atuar mais recentemente. Imprimem uma pedagogia da ação crescentemente mais forte, no diálogo com a sociedade, sobretudo junto aos movimentos de resistência, uma construção dialógica, pluri-institucional e multidisciplinar, que amplia a aprendizagem técnico-política. Esse é o avanço que percebo atualmente: uma atuação socialmente transformadora nos processos coletivos, sim, mas ainda muito distante no retorno ao ofício projetual da Arquitetura e do Urbanismo. Vejo, aí, um grande desafio: como retomar o exercício central do ofício nessas novas pedagogias da ação, com outras leituras projetuais de arquiteturas e urbanismos possíveis? Essa é, talvez, a principal questão colocada para o nosso campo no século XXI.

Hoje não temos, no corpo docente de perfil extensionista, com raras exceções, profissionais voltados para abordagem projetual. E, fora da universidade, os profissionais que atuam em projetos no mercado, em geral, não têm esse perfil. Foi dentro desse contexto que criamos a nossa Residência Profissional, em 2011.¹² A ideia inicial era que fosse den-

¹⁰ N.E. — O grupo Lugar Comum, sob a coordenação de Ana Fernandes, pesquisa a produção do espaço urbano contemporâneo a partir de temas como segregação social, extração de mais-valia, gentrificação e direito à cidade. Desde 2011, desenvolve ações de extensão voltadas à elaboração de planos de bairro para ocupações populares ameaçadas por projetos imobiliários, visando a combater os efeitos da especulação e assegurar o acesso à moradia, mobilidade, trabalho e espaços públicos.

¹¹ N.E. — O EtniCidades: Grupo de Estudos Étnicos e Raciais em Arquitetura e Urbanismo é coordenado por Fábio Macêdo Velame e Any Brito Leal Ivo. Surgiu em 2013, a partir de uma Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade (ACCS/UFBA) voltada a propostas arquitetônicas para a comunidade quilombola de Salamina. Seu foco é desenvolver pesquisas e projetos de extensão sobre arquiteturas de grupos étnicos, políticas públicas e processos de patrimonialização cultural e estética

¹² N.E. — Vinculada à FAUFBA, a Residência Acadêmica em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (RAU+E) é um Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade. Objetiva qualificar profissionais para atuar em áreas urbanas periféricas, promovendo o direito à moradia digna conforme as Leis Federais nº 10.257/2001 e nº 11.888/2008. A iniciativa surgiu a partir das experiências do LabHabitat, articulando formação técnica e apoio a movimentos sociais por moradia. Atualmente em sua 6ª turma, sua primeira edição ocorreu em 2013, com nucleações em outras universidades, que vêm implantando cursos similares.

tro do próprio programa de pós-graduação. Analisamos o formato do mestrado profissional, na época em que eu estava representante de área na Capes, mas logo entendemos que a estrutura e os resultados esperados para esse tipo de curso não seriam adequados. Não viabilizariam experiências mais abertas como imaginávamos que ocorreria no formato Residência Profissional para assessoria e assistência técnicas às comunidades periféricas vulneráveis. Para tal, teria que ser idealizado outro formato, adaptado a cada situação e demanda, sem perder de vista as aprendizagens e a capacitação, no processo, e as respostas às comunidades, com os produtos. Fomos aprendendo fazendo, na implantação do Curso de Especialização em Assistência Técnica para Habitação e Direito à Cidade, tendo como suporte legal a Lei Federal 11.888/2008, proposta pelo arquiteto baiano e deputado Zezéu Ribeiro. Essa Lei define a assistência técnica de interesse social, pública e gratuita para famílias de baixa renda, conhecida como Lei de ATHIS. Esse processo de criação coletiva e resultados obtidos estão registrados na publicação sobre a implantação das três primeiras turmas experimentais na FAUFBA, com adesão da Escola Politécnica da UFBA.¹³

Com essa experiência pioneira, estou convencida que as residências em AU+E, como política pública, não podem ser vinculadas apenas aos municípios, sujeita ao gestor público. Porque, se assim for, elas vão sofrer interrupções, estar sujeitas a mudanças indesejáveis. Acho que o papel da universidade é muito importante, semelhante ao que ocorre nas residências da área de saúde, sediadas nos hospitais universitários e credenciados: seu funcionamento está vinculado ao Sistema Único de Saúde e, assim, tem continuidade independentemente da política partidária.

Percebo, para concluir, que essa nova geração de docentes está avançando na direção da formação extensionista nos territórios, como um dos campos promissores de atuação do arquiteto, para transformação social — mas ainda muito distante da perspectiva propositiva projetual, necessária na configuração concreta do ambiente construído. E essa é, justamente, a principal demanda dos movimentos sociais nas cidades. Moradia digna e direito à cidade. Ou seja: falta o protagonismo da Arquitetura e do Urbanismo enquanto campos capazes de produzir transformação socioespacial. E estamos muito distantes disso — nos cursos, nas práticas, na formação profissional. Muito por conta da lógica dos que buscam uma formação teórico-acadêmica: o estudante se forma, não é absorvido no campo de trabalho, vai fazer o mestrado. Continua sem

¹³ N.E. — Trata-se do livro *Implantação da Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia* (GORDILHO-SOUZA, org., 2025), lançado em 2 de outubro de 2025, no Auditório Mastaba da FAUFBA, em ocasião da comemoração dos 66 anos da faculdade, completados neste mesmo dia.

trabalho prático e faz o doutorado. Depois, faz o pós-doutorado e, então, entra na Academia como docente, sem vivência da prática. A experiência extensionista pode mudar esse contexto, no exercício coletivo do ofício projetual.

Cadernos PPG-AU/FAUFBA: Veja se foi mesmo isso que disse: você acha que iniciativas como a RAU+E funcionam como, digamos, fagulhas para tentar restabelecer um elo entre o arquiteto — que hoje está cada vez mais teórico, até por causa do avanço da pós-graduação em Arquitetura no Brasil — e uma prática que, no passado, você mesma, há pouco, disse que carecia de teoria?

Angela Gordilho: Pouco se teorizava sobre as práticas necessárias para a transformação social a partir do território, se projetava e se construía as idealizações padronizadas, geralmente de forma distanciada, fora da realidade vivida.

Cadernos PPG-AU/FAUFBA: Havia uma prática excessiva sem teoria e agora há teoria em excesso com pouca prática?

Angela Gordilho: Mais ou menos isso. Eu não colocaria nessa dualidade. Mas acho que hoje estamos mais distantes das ferramentas do ofício projetual e da construção. Também pouco estamos discutindo as novas ferramentas necessárias. A Residência foi pensada, antes de tudo, como um espaço para fortalecer essa discussão de forma crítica — mas com uma base teórica sólida. Para avançarmos, entendo que é necessário fazer a passagem da compreensão teórica, para agir sobre a realidade das condições materiais. Acho que estamos muito próximos da aprendizagem freiriana, de uma aproximação civilizatória coletiva (ensinar e aprender ao mesmo tempo), entretanto para nós, arquitetos, é importante não perder o protagonismo do ofício que é esperado de nós. E isso é fundamental para a qualidade na transformação do ambiente onde se vive, sobretudo em áreas de periferia... O ambiente construído tem potência, mas não estamos nos debruçando sobre isso como deveríamos. Se a gente não trazer a perspectiva propositiva, a gente não aprofunda o projeto de transformação. E quando digo aprofundar, é no sentido dialógico. Caso contrário, ele fica estanque.

Nós não tínhamos, no passado, essa reflexão teórico-crítica sobre o urbano, sobre a cidade. Fomos atrás disso, visitamos outras disciplinas, outros saberes, expandimos. Mas não voltamos. E talvez agora seja a hora de voltar ao projeto de forma multidisciplinar.

Cadernos PPG-AU/FAUFBA: E qual seria o papel da RAU+E e da própria assistência técnica na extensão?

Angela Gordilho: Além da aprendizagem e reflexão sobre a prática, alguns autores têm me ajudado a pensar sobre isso, enquanto buscamos outros interlocutores: Henri Lefebvre, Boaventura de Sousa Santos e Paulo Freire foram e continuam fundamentais. São raízes teóricas que sustentam o que venho tentando elaborar: um tripé importante de concepção de direito à cidade e urbanidade; do entendimento do papel da extensão na universidade do século XXI; e de metodologias de aproximação para o conhecimento e a transformação da realidade. Acho que começamos por aí. Temos que dar esse salto. E como fazer essa aproximação teórica para chegarmos a outras arquiteturas e urbanismos possíveis? Ainda é muito cedo para afirmar qualquer avanço nesse sentido. O arquiteto africano Diébédo Francis Kéré é uma inspiração! Acho que, primeiramente, precisamos conversar mais profundamente com alguns interlocutores do nosso campo. O Conselho de Arquitetura e Urbanismo tem tido um importante papel em apoiar as práticas de ATHIS, com editais viabilizados com 2% da sua arrecadação. Mas é preciso entender os alcances disso e alargar as forças políticas na conquista da regulamentação da Lei de ATHIS, para ampliação e consolidação desse campo de atuação.¹⁴

Acho que esse movimento vai nos dar elementos para pensar essas “outras arquiteturas” no papel histórico do arquiteto. Mas são reflexões muito prematuras e ainda com pouco eco, são poucos os que estão pensando nisso, Brasil afora. Então, espero ainda ter tempo para me debruçar mais profundamente sobre isso, agregando interlocutores.

¹⁴ Nota da Entrevistada — Estamos realizando uma pesquisa sobre isso no LabHabitat, analisando o conjunto de editais em ATHIS promovidos pelo CAU/BR e CAU/UFs. Também estamos implantando uma plataforma interativa com referências em ATHIS, por categoria, reunindo informações sobre: ações, atores, divulgação e suporte.

Referências

- CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. (1. ed., Santiago, Chile, 1969)
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários e prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GORDILHO-SOUZA, A. M. **Invasões e intervenções públicas**: uma política de atribuição espacial em Salvador. 1990. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- GORDILHO-SOUZA, A. M. **Limites do habitar**: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX. 1999. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) — Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.
- GORDILHO-SOUZA, A. M. **Limites do habitar**: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX. Salvador: Edufba, 2008.
- GORDILHO-SOUZA, A. M. (Org.). **Implantação da Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia**. Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade. Salvador: Edufba, 2025.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.
- MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- SANTOS, B. de. **A universidade do século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. 2004. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/bss/documentos/auniversidadedosecXXI.pdf>. Acesso em: 8 maio 2019.

Recebido em: 23/02/2025

Aceito em: 21/11/2025

DOI: 10.9771/ppgaufaufba.v14i0.71133

Como citar: GORDILHO-SOUZA, Angela Maria. "O PPG-AU/FAUFBA, na minha visão, tem sido uma construção coletiva, na passagem de bastão". **Cadernos PPG-AU/FAUFBA**, v. 14, n. 1, p. 48-70, 2025.



FAUFBA



PPG-AU
FAUFBA

NAPPE

NÚCLEO DE APOIO À PESQUISA
E PRODUÇÃO EDITORIAL